

As estratégias dos egressos do Prouni em relação aos seus pais: o ensino superior como um momento de ruptura familiar

Prouni's graduates strategies in relation to their parents: Higher Education as a Family Break

Ruy de Deus e Mello Neto¹
Universidade Federal do Ceará (UFC)
ruydedeus@ufc.br

Resumo: Este artigo objetiva discutir as estratégias adotadas pelos egressos do ProUni ao vivenciar conflito geracional com seus pais em decorrência do inédito acesso ao ensino superior. Para tanto, tendo como aporte teórico a sociologia praxiológica de Pierre Bourdieu, analisou-se, em profundidade, 22 entrevistas realizadas com egressos do ProUni com bolsa integral no estado de Pernambuco. Os resultados apontam que (1) os entrevistados percebem sua trajetória relacionada a um histórico de desvantagem social que, por mérito próprio, rompeu com um provável insucesso escolar, sendo o ProUni apenas uma oportunidade externa de ruptura. Aponta-se também que (2), diante da incompatibilidade entre o mundo profissional e o de seus pais, eles adotam a estratégia de não conflito, adequando suas práticas e costumes às regras de cada espaço social, incluindo permitir aos pais a manutenção do papel de dominantes nas relações familiares.

Palavras-Chave: Ação Afirmativa; Família; Estratégia

Abstract: This article aims to discuss the strategies adopted by ProUni graduates when dealing with an experience of generational conflict with their parents due to their unprecedented access to higher education. Therefore, having as theoretical basis Pierre Bourdieu's praxiological sociology, by analyzing 22 in-depth interviews with ProUni graduates with full scholarship in the state of Pernambuco. The results show that (1) the

¹ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC).

interviewees realize their trajectory related to a history of social disadvantage that, by their own merit, broke with a probable school failure, being ProUni only an external opportunity for rupture. It is also pointed out that they (2), faced with the incompatibility between the professional world and that of their parents, decide on a non-conflict strategy, adapting their practices and customs to the rules of each social space - including allowing parents to maintain their dominant role in family relationships.

Keywords: Affirmative Action; Family; Strategy

Introdução

A educação familiar faz parte de um conjunto de valores que, por meio de um processo de transmissão, tende a assegurar a manutenção de um patrimônio simbólico e social — que Pierre Bourdieu (1979; 1998) reconhece como capital, cultural e social —, comportando-se como uma dimensão cognitiva que permite a cada sujeito adequar a forma como transita em diferentes grupos sociais, bem como a maneira de se posicionar em relação aos outros — garantindo a sociabilidade ligada ao conjunto dessas relações.

É com bastante clareza que as famílias populares percebem o lugar que ocupam no espaço social, de modo que, sem muita dificuldade, os membros da classe trabalhadora reconhecem que, na maioria das vezes, entrar mercado profissional precede, em importância, a educação formal. Em nome do acesso precoce ao mundo do trabalho, e em função de históricos insucessos escolares, relega-se a segundo plano o investimento em educação. Há, com isso, uma valorização do lugar situado pelo trabalho nas vidas dessas pessoas que, “principalmente como dispositivo de enquadramento moral, faz com que elas, na ausência de uma confiança no futuro construído pela escola, aceitem e mesmo estimulem seus filhos a considerar a entrada no mercado de trabalho desde muito cedo. (LIMA e ALMEIDA, 2010, p.364).

Para Bourdieu (2004), há nos costumes sucessórios uma tendência de perpetuação de *habitus*² familiares entre os descendentes. Mesmo em espaços sociais nos quais não são dominantes, as estratégias familiares passam pela perpetuação (BOURDIEU, 1996) de capitais e *habitus* que posicionem e mantenham os agentes em seu lugar no espaço social.

Por outro lado, oportunidades externas (LEHMANN, 2009) são capazes de modificar tal cenário. É o que acontece com os estudantes da classe trabalhadora, quase automaticamente alijados dos mais altos níveis de educação formal, quando percebem a oportunidade de ruptura na trajetória provável (BOURDIEU, 2009). Assim, o jovem se coloca em rota de ruptura com valores e prioridades de seus pais.

Políticas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) (BRASIL, 2005) e a Lei de Cotas Federais (BRASIL, 2012) atuam como importantes instrumentos de transformação do campo da educação superior no Brasil, ao mesmo tempo que causam efeitos contundentes sobre a educação familiar e a relação entre pais e filhos da classe trabalhadora. Em termos práticos, essas políticas oportunizam o acesso

² Para Bourdieu, *habitus* representa um “sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações” (2002, p.167). Um ponto híbrido (ou mediador) entre as práticas individuais e as condições sociais de existência.

de estudantes da classe trabalhadora ao ensino superior, colocando a educação formal menos como um elemento de reprodução (BOURDIEU, 1992) e mais como um produtor de fronteiras entre alguns filhos e pais que não tiveram a mesma oportunidade/experiência.

Jovens das camadas populares que acessam ao ensino superior precisam adotar estratégias distantes da realidade dos seus pais para obter sucesso. No convívio do espaço social familiar, a existência de *habitus* não isomorfos tende a colocar em risco a convivência do grupo. Se não ameaça a convivência, ameaça a naturalidade da relação, uma vez que, quanto maior for a distância do *habitus* dos filhos com o dos pais (BOURDIEU, 2007), maior também será a chance de conflito entre os grupos no espaço social familiar.

O acesso ao ensino superior molda-se, então, como um meio de ruptura entre os bolsistas do ProUni (doravante prounista) e seus pais. Dessa maneira, tendo como aporte teórico a sociologia praxiológica de Pierre Bourdieu, esse artigo se debruça sobre os impactos na relação entre pais e filhos em decorrência de uma das políticas de ação afirmativa adotadas pelo governo federal brasileiro para o ensino superior, o ProUni. Por meio de 22 entrevista com egressos do ProUni (EP) com bolsa integral no estado de Pernambuco, será possível refletir sobre os caminhos que fizeram esses estudantes optarem pela educação superior como mecanismo de ruptura e sobre as estratégias adotadas por eles para lidar com os pais diante de trajetórias escolares distintas e conflitantes.

ProUni – a meritocracia na definição entre incluídos e excluídos

O ProUni, especificamente no que se refere à promoção de acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior, por meio da Lei nº 11.096, caracteriza-se conforme discurso de promoção de justiça social. O perfil socioeconômico do público-alvo do Programa é definido, basicamente³, por critérios de renda (até 1.5 salários mínimos *per capita* para bolsa integral e até 3 salários mínimos *per capita* para bolsa parcial) e tipo de instituição pelo qual o candidato tenha cursado o ensino médio⁴ (BRASIL, 2005). O processo de seleção leva em conta, além dos critérios mencionados, o desempenho escolar do estudante avaliado pelo Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

Embora o Programa seja baseado na perspectiva de que existem estudantes excluídos do ensino superior e que eles devem ser priorizados nos processos seletivos, não há, em primeiro plano, uma caracterização mais detalhada do estudante a ser contemplado pela bolsa. Durante os processos seletivos (Enem e ProUni), são alinhados igualmente todos os inscritos que se enquadrem nos critérios estabelecidos pelo Programa. Entretanto, na prática, esses critérios representam a maioria dos inscritos nos exames. No ano de 2018 (Inep, 2019a), por exemplo, cerca de 80,6% dos candidatos⁵ tinham perfil⁶ para a bolsa integral.

³ O Art. 2º da lei garante ainda vagas à “ II – a estudante portador de deficiência, nos termos da lei; III – a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei” (BRASIL, 2005).

⁴ Ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

⁵ Na análise dos microdados do Enem (Inep, 2019a), considerou-se apenas estudantes que tenham 1 ou 2 na variável TP_ST_CONCLUSAO e 0 na variável IN_TREINEIRO

Sob a métrica do Programa, coloca-se no mesmo patamar a maior parte dos inscritos no Enem, considerando-os como igualmente desprovidos de capital econômico, embora originários das mais diferentes matrizes familiares, deixando de levar em consideração a subjetividade de cada trajetória escolar. Bourdiesianamente falando, esses estudantes, apesar de serem classificados igualmente como economicamente excluídos, trazem acúmulos de capitais (e *habitus*) diferentes.

Por meio de critérios baseados em renda, tipo de instituição de ensino médio e, principalmente, desempenho escolar, selecionam-se os mais capacitados entre os considerados excluídos. O ProUni oportuniza o ensino superior a jovens historicamente visualizados como preteridos de forma diferenciada e, paradoxalmente, apoia-se na garantia de igualdade formal no momento da seleção. O prounista é, então, caracterizado desde a inscrição no Programa como alguém que, diferente dos seus pares, por mérito próprio, construiu uma trajetória de ruptura com o provável insucesso escolar.

Escola e Posição de Classe: pais da classe trabalhadora e a educação dos filhos

A posição de classe e a cultura de classe tornam-se uma forma de capital cultural na configuração da escola e na relação entre pais e filhos, visto que, ainda que majoritariamente todos os pais compartilhem o desejo de sucesso para os filhos, a posição desses pais no espaço social faz com que pais da classe trabalhadora tracem diferentes caminhos buscando o sucesso, ou melhor, tentando impedir o provável insucesso.

O maior engajamento dos pais na educação formal e na não formal, característica predominantemente das classes dominantes, é fundamental para o melhor desempenho escolar (BARTON et al., 2004; BODOVSKI, 2010) e, conseqüentemente, para a construção de um *habitus* adequado ao processo de educação formal. Grupos tradicionalmente frequentadores da educação superior consolidam, durante a infância dos filhos, um processo prévio de ativação contínua de capitais possuídos, possibilitando que essas crianças se favoreçam com um melhor desempenho educacional (LAREAU e HORVAT, 1999) e profissional no futuro.

Diferentes classes consolidam-se, entre outras coisas, por meio da relação entre a escola e a família. A classe trabalhadora transfere à escola o papel de responsável pela definição absoluta dos rumos educacionais e de aprendizagem metódica da educação dos filhos (leituras, reflexões, escolhas profissionais etc.). As classes dominantes, por meio do gerenciamento compartilhado entre família e escola, transferem capital cultural e social diretamente dos pais aos jovens (GHEORGHIU et al., 2008; LAREAU, 1987; VINCENT e MARTIN, 2002; PRICE-MITCHEL, 2009).

A classe trabalhadora tende a relegar à escola e, em certos casos, ao próprio estudante os rumos da educação formal das crianças, participando pouco, ou nada, do dia a dia escolar. Já a classe dominante, em função de um maior acúmulo de capital cultural e da posse de um *habitus* que a coloca em posição privilegiada no campo educacional, em que cabe a ela inclusive a autoridade de posicionar-se em relação a

⁶ Na análise dos microdados do Enem (Inep, 2019a), para a variável Q006 as rendas entre *a* e *b* foram tidas como iguais a $(a + b)/2$ e “mais de R\$ 19.080,00” foi lida como 19.080. O valor encontrado foi dividido pela variável Q005 para cálculo da renda *per capita*. Para tipo de escola apto ao ProUni, considerou-se apenas aqueles que responderam A, C ou E na Q027.

professores e a decisões da escola (HORVAT et al., 2003; WEININGER e LAREAU, 2003), assume o poder de negociar e influenciar a dinâmica escolar, ou mesmo de reivindicar por direitos individuais e coletivos na relação entre aluno e escola (TRAINOR, 2010), algo bastante distante da realidade dos pais da classe trabalhadora.

No trajeto da escolarização, ao jovem da classe trabalhadora (com influência da sua relação pessoal com a escola) cabe quase que a totalidade da responsabilidade de definir seu futuro profissional, seja por meio do ensino superior ou do ingresso no mercado de trabalho. rumos e caminhos. Sendo, portando, consequência de estratégias geralmente individuais os percursos que levam esse jovem a subverter a lógica familiar educacional. No caso específico, por intermédio de uma oportunidade externa (ProUni), os jovens decidem autonomamente investir em estratégias que lhes permitam romper com o histórico insucesso educacional da sua família (LEHMANN, 2009). Esses estratagemas quase sempre acompanham alto grau de dedicação e esforço no sentido de superar defasagens dos mais diversos capitais (REAY et al., 2009).

São justamente estas estratégias individuais que tendem a colocar os jovens em uma híbrida situação de autorreconhecimento: eles apresentam credenciais e cognições de um sujeito de classe média, ao mesmo tempo em que possuem um histórico familiar da classe trabalhadora. Não se aponta aqui que a autonomia e o empenho individual dos estudantes necessariamente encubram ou neguem uma possível atuação da família, mas, na prática, dada a provável trajetória escolar familiar, tratam-se de pais que não poderiam espelhar-se “nas ações escolares mais conhecidas e identificadas das famílias de diferentes frações das classes médias. Empreender essas ações demandaria capital cultural e mesmo uma disposição econômica que as famílias populares não dispõem” (PORTES, 2000, p.77).

Os pais da classe trabalhadora não atuam na educação formal dos filhos por não possuírem capitais específicos do campo educacional e, por consequência, não conhecem as estratégias adequadas ao sucesso no campo, cabendo aos filhos atuar inicialmente na ruptura com a trajetória provável e, posteriormente, definir estratégias para convivência em dois mundos: o familiar e o acadêmico.

Metodologia

Para a pesquisa que dá origem a este artigo (MELLO NETO, 2015), foi adotada como metodologia de amostragem dos entrevistados a *Snowball Sampling* (GOODMAN, 1961). Para tal, leva-se em conta as interações entre os sujeitos entrevistados. Interessa saber, além das perspectivas próprias do sujeito, a forma com a qual ele identifica seus pares. Nesse método é prevista a indicação de novos participantes por meio de um grupo de entrevistados selecionados. O passo subsequente às primeiras indicações é a solicitação de dados sobre sujeitos a serem indicados e, posteriormente, o recrutamento desses indivíduos. Esse processo de indicação deve ser mantido até que o pesquisador perceba que o ponto de saturação da pesquisa foi encontrado, ou seja, que os novos indivíduos passaram a não interferir no padrão de resposta obtido ou passaram a indicar somente sujeitos que já tenham participado do estudo. Neste estudo, percebeu-se um que os últimos entrevistados não interferiam no padrão de resposta obtido.

A decisão por tal metodologia levou em consideração o caráter da pesquisa, uma vez que a metodologia é indicada para populações cujo acesso aos indivíduos é dificultado. Os bolsistas integrais do ProUni representam apenas 7.5% dos estudantes cursando o ensino superior privado (Inep, 2019b), sendo evidente a dificuldade de identificação ou de seleção de amostragem aleatória simples. Dessa forma, torna-se praticamente impossível a realização de um estudo que enfoque estudantes (e egressos) bolsistas do ProUni sem que se identifique ao menos um pequeno grupo deles, inicialmente, sendo imprescindível a decisão pela metodologia de amostragem mencionada.

Essa técnica também foi escolhida em função da possibilidade de coleta de informações em níveis distintos. Há o primeiro nível concernente à aplicação dos instrumentos de análise e o segundo que se refere à possibilidade de entender a relação existente entre os sujeitos entrevistados. O segundo ponto mostrou-se fundamental à pesquisa, uma vez que possibilitou observar como os EP se veem e como observam seus pares.

Após a identificação inicial dos EP por parte dos *insiders*,⁷ foram enviados e-mails com instruções e informações sobre a pesquisa, bem como um convite para a participação. Todos os EP que se interessaram em participar da pesquisa foram convidados. Ao todo, foram realizadas 22 entrevistas, no estado de Pernambuco. Os entrevistados tinham a idade média de 25,5 anos (apenas dois tinham 30 anos ou mais) e pertenciam aos mais diversos cursos. Todos eles haviam concluído o ensino superior com bolsa integral do ProUni. A entrevista com menor duração temporal teve 45 minutos; e a maior, 110 minutos. Os nomes dos entrevistados foram omitidos. Há, neste artigo, apenas uma letra de identificação e a idade do entrevistado em questão.

Resultado e Discussão

De modo a sistematizar a análise aqui proposta, as entrevistas foram subdivididas em 2 categorias analíticas: (1) estratégias em torno da decisão pelo ensino superior como caminho de ruptura; e (2) estratégias para lidar com possíveis conflitos decorrentes das diferenças nos *habitus* e de acúmulo de capital (nos mais variados tipos) em relação aos pais.

Curso superior como estratégia de ruptura do trajeto escolar provável

Como já discutido, o prounista caracteriza-se como um sujeito que, majoritariamente, segue uma trajetória escolar diversa da vivenciada pelo seu grupo familiar. Poucos são os estudantes concluintes da rede pública de ensino que fazem as provas do Enem e possuem parentes com formação superior (MELLO NETO, 2015). Dessa maneira, de início, fica evidenciada a premissa defendida por Weininger e

⁷ Sujeitos que participaram de pesquisa anterior (MELLO NETO, 2011) e foram selecionados como vetores iniciais de identificação dos EP.

Lareau (2009), segundo a qual a decisão por dar continuidade aos estudos cabe quase que exclusivamente ao jovem. No caso dessa pesquisa, cabe aos EP.

O meu compromisso sempre foi voltado pra mim [...]. Todo mundo tem obrigação moral de contribuir com o mundo, mas eu preciso garantir meu futuro [...]. Se você estudar bem, se dedicar, explorar bem, e usar o máximo dos conselhos dos professores, do conhecimento que você tem na faculdade, você vai sair com autonomia, com uma profissão que vai lhe render renda e qualidade de vida. (D, 25 anos)

Eu não tenho dívida nenhuma com o governo. Eu posso até ser vista mal, como ingrata, mas, pra mim, não existe dívida alguma. Pra mim, eu tive uma falha no meu ensino fundamental e médio, e essa falha deveria ser corrigida de alguma forma, pois eu já estava numa fase de fazer ensino superior. E a obrigação do governo era me inserir na universidade mesmo [...]. (R, 22 anos)

Para os EP, há o reconhecimento de si mesmo enquanto sujeito que se esforçou para conseguir o acesso ao ensino superior, pois a apropriação de um *habitus* que não é originalmente seu deve-se exclusivamente ao seu mérito. Ainda que exista a certeza de que o ProUni foi fundamental para o acesso ao ensino superior, a maior parte dos EP não se sente em débito com o Programa, assim como não sente gratidão por ter sido beneficiada por ele. Os EP percebem-se como alguém que, diante da possibilidade externa (LEHMANN, 2009), nesse caso oferecida pelo Programa, valeu-se do próprio esforço para conseguir a diplomação na educação superior.

[...] o ProUni é mérito. Passou no Enem, acabou. O que pesa é a reação das pessoas quando sabem que você é do ProUni. De cara é rebaixar. Olha você de cima pra baixo. Tá aí, pois foi incluído, “pobrinho”. Depois acham que foi fácil e qualquer um consegue. Depois descobrem que é difícil e querem também... Por fim, acham que foi “rolo”. Não querem aceitar que foi mérito. A questão é muito mérito, pois você sabe da prova. Ninguém é capaz de questionar a prova, até questionam o mérito... Questionam se eu mereço bolsa, mas a prova, não. [...] somos selecionados entre os melhores. (L, 24 anos)

Eu considero que entrei como qualquer pessoa. Eu fiz o Enem, que é como se fosse o vestibular. Fui lá, tirei boa nota, então o governo tem obrigação de dar educação de qualidade, principalmente pra quem tem necessidade. Então isso completou. Eu não tenho gratidão alguma para com o governo, era obrigação dele. Aproveitei a oportunidade dada e me mostrei competente. (D, 25 anos)

Os estudantes acreditam que a educação básica de baixa qualidade oferecida pelo governo brasileiro os colocou na situação de que é natural se destacar como aluno na educação pública fazendo o mínimo. Eles apontam que “*em escola pública não é muito difícil ser considerado esforçado. Os professores estão muito acostumados com certa mediocridade e não esperam mais que isso. Basta ser aquilo que é o suficiente*” (E, 23 anos). Além disso, reforça-se o papel da história de vida no mérito do acesso.

Aquela história bem comum, sabe? Quilômetros a pé pra estudar. Não ter dinheiro pra pipoca... Foi assim mesmo. Quando saiu o ProUni, foi abrir, pra mim, a porta do sonho de criança. Antes eu pensava: “Poxa! Trabalho desde os 13, não vou ter como concorrer com pessoas que fazem cursinho pra [concorrer à vaga na universidade] pública. (A, 26 anos)

Eu achava que meu ensino era ruim, descobri que era uma porcaria. Eu lembro que ouvi na faculdade a primeira vez a palavra datashow. Sério, eu nunca tinha ouvido falar. Eu não sabia nem o que era. Quando vi, num trabalho de português, as meninas chegaram avisando que iríamos fazer a apresentação em datashow... Ai eu perguntei: O que é isso?. (R, 22 anos)

Como eu ia concorrer com pessoas que fizeram cursinho? Acho que era obrigação do governo, mas acho que não tem que durar pra sempre. Um dia isso vai ter que vir nas séries anteriores pra todo mundo ter as mesmas chances. Hoje a gente vê muitas pessoas tendo acesso à universidade. Muitas pessoas na academia. (O, 26 anos)

A decisão de candidatar-se ao ensino superior passa pelo reconhecimento do déficit no capital educacional em decorrência da má qualidade da educação básica, ligada diretamente ao baixo acúmulo de capital econômico que, na perspectiva deles, impossibilitou-os de ter acesso a boas escolas. Por meio do ProUni, o acesso à modalidade superior de ensino os permitiria romper com uma trajetória familiar cujo histórico de não acesso faz-se evidente, ao mesmo tempo em que os possibilitaria qualificar-se para o competitivo mercado de trabalho. Em outras palavras, eles buscam desmentir o porvir provável (BOURDIEU, 2009).

Acho que não tá fácil pra ninguém. O ensino médio não tá dando possibilidade de conseguir nada de bom, essa é a verdade. O mercado de trabalho não tá aberto pra quem tem só o ensino médio. Se você tem outras coisas, tudo bem, mas só o ensino médio, não dá. Eu quero conhecer o mundo, quero produzir muito, quero viajar, quero viver mais... Então é isso, só com faculdade mesmo. Hoje vencer só com o ensino médio é exceção da regra. Pela minha estrutura parental isso fica claro. Meus pais não estudaram, mas é a exceção total. Ter casa, estrutura, na minha família, só a gente tem. Minha família, praticamente toda, é desorganizada, tem problemas sérios. (R, 22 anos)

Eu fiz um péssimo ensino médio. Já tinha na cabeça a ideia de fazer vestibular, mas lembro de um professor de biologia que entrou e perguntou, numa apresentação normal, de final de ano, o que cada um gostaria de ser. 70% a 80% eram mecânicos, ajudantes de pedreiro e no comércio da cidade, caixa de supermercado, sabe? Três ou quatro gostariam de fazer vestibular, mas a maioria não tinha muito claro o que queria. Eu tinha uma ideia clara: que queria mudar, não dava pra continuar. Eu não sei explicar, você sente que pode um pouco mais. (N, 27 anos)

Há também o reconhecimento de que acúmulos de capitais específicos, em especial o cultural, o econômico e o social, tenderiam a potencializar as chances de sucesso dos estudantes com origem socioeconômica dominante, sendo a oportunidade de cursar a educação superior uma espécie de caminho

único ao sucesso no mercado de trabalho. O *habitus* dominante do campo é capaz de excluir não dominantes sem a necessidade de atuação direta dos grupos ou agentes (BOURDIEU, 2009), uma vez que o maior lucro é evidente ao sujeito possuidor de capitais que o favoreçam no campo⁸ (BOURDIEU, 2007).

[...] vencer na vida sem fazer faculdade é possível, mas é muito difícil, depende muito de outros fatores. Por exemplo: você precisa ter recurso e possibilidade de se dedicar pra estudar só pra um concurso. Eu não vejo muitas oportunidades pra quem vive numa classe mais baixa. Pobres não conseguem ascender senão por estudo. É algo muito mais objetivo do que aparência e modo de falar. [...] o problema de quem é pobre é que você não tem muita perspectiva. [...] pra você ser gari você precisa ter ensino médio, [...] geralmente você quer um retorno muito mais certo. Tudo pesa, depende muito da perspectiva da pessoa. Eu fiz faculdade porque sei que ela poderia me dar muito mais. (E, 23 anos)

Com isso, há a certeza de que, sem se dedicar à oportunidade (bolsa do ProUni), a trajetória familiar do estudante provavelmente será mantida. Para os EP, “de certa maneira, há no prounista uma incorporação da necessidade de arriscar-se” (E, 23 anos). Há, na tentativa de antecipação do porvir (BOURDIEU, 2009), a necessidade de ruptura com a trajetória média do estudante com capitais e *habitus* equivalentes aos deles. Arriscar-se, nesse sentido, como dito pelos EP, é colocar-se numa situação em que, cientes da diferença no acúmulo de capitais e da diferença de *habitus* que os colocam em situação ímpar no espaço social, é preciso romper com o caminho óbvio, se realmente desejam alguma possibilidade de disputa no espaço social (BOURDIEU, 1989). No intuito de corrigir o sentido de sua trajetória (BOURDIEU, 1974), os EP percebem-se como alguém que almeja o sucesso profissional mais que os colegas da educação básica e mais que os familiares e que é capaz de ir além.

Para eles, arriscar-se é romper com todos os caminhos prováveis e, por isso, eles entendem a necessidade de alçar voos maiores. Os EP tendem a perceber a si mesmos como alguém não acomodado, que não aceita imposições. Eles operacionalizam suas estratégias de acordo com o potencial de sucesso do grupo no campo da educação superior. Para atingir os objetivos almejados, o grupo acredita que é fundamental investir o máximo possível na educação e se dedicar mais que todos os outros estudantes. O “empenho” é definido como a principal fronteira que separa os jovens pobres que não empreenderam esforços visando acessar a educação superior dos jovens da mesma condição social que resolveram “se arriscar”, visando acessar essa modalidade de ensino.

Acho que a barreira é o estudo e, queiram ou não, o empenho. Se uma pessoa é assim, não dá valor ao estudo, não dá valor ao trabalho, e ao trabalho pra mudança, eu me afasto. Nem crio amizade, sabe? Com os que já eram amigos, o convívio não é tanto como era antigamente, né? É apenas o cumprimento do ‘oi, oi’. (L, 24 anos)

⁸ “[...]a noção de campo vem designar uma espécie de zona cultural que ocupa uma posição no mapa da estrutura social e se distingue de outras zonas, por seus interesses, estruturas, regras, leis e formas de poder, hierarquia e prestígio. Da mesma forma que o *habitus*, o campo é estruturado e flexível, sujeito à influência e à concorrência entre os que o compõem e de atores de outros campos dos quais se aproxima e diferencia. Por meio do estudo deste conceito, Bourdieu respondeu a suas perguntas originárias sobre como se dão a estruturação e a reprodução do poder na sociedade através do domínio prático das regras, dos interesses e dos confrontos conflituosos”. (MINAYO, 2017, p.10)

Há, para a maioria dos EP, a percepção de que o acesso ao ensino superior com uma bolsa seria algo de que dificilmente alguém que almeje uma guinada na trajetória educacional abriria mão. Por isso, muitas vezes a escolha do curso também passa pela noção de “oportunidade imperdível”, segundo a qual não acessar tal nível de ensino diante da oportunidade seria abrir mão da provável única chance de mudança de sentido na trajetória dos agentes na clara tentativa de ascensão no espaço social (BOURDIEU, 2004; 2007).

Quando eu fiz minha inscrição do ProUni, naquela época eram cinco opções, aí coloquei vários lugares. Porque onde eu morava, eu olhava e só tinha uma vaga ou duas em psicologia, daí decidi colocar onde tivessem vagas. Coloquei lugares que eu nunca tinha ido, mas eu queria psicologia. Foi aleatório, sinceramente, decidi pela quantidade de vagas. Passei e vim. (N, 27 anos)

Ok! Eu tinha capacidade de tentar novamente e tinha condição de até passar, depois numa [universidade] pública, mas já eram três anos tentando, e eu tinha que começar algo. [...] fisioterapia era da mesma área, fui me apaixonando. Não me arrependo nada, é o curso da minha vida. Medicina deixou de ser um sonho. (R, 22 anos)

Eu fiz vestibular, só que não passei por décimos. Aí no Enem eu consegui tirar nove e peguei a vaga. Eu já tinha minha vaga garantida e não queria fazer vestibular novamente, não. Poderia passar, mas demoraria uns anos estudando. (L, 24 anos)

O acesso justifica a escolha do curso e, muitas vezes, a decisão por aceitar estudar em uma universidade privada de menor prestígio. Para os entrevistados, apesar da percepção de se verem diferentes em todos os espaços sociais em que convivem, a oportunidade de cursar o ensino superior e a consequente possibilidade de ruptura com as condições histórico-familiares de desvantagem social justificariam majoritariamente a escolha do curso. É importante lembrar que a concorrência por uma vaga no ProUni é alta e nem sempre a escolha mais simples — e direta — é possível. Para alguns EP, a certeza do insucesso na tentativa de entrar no ensino superior era tão evidente que não aceitar uma vaga, independentemente do curso, poderia parecer equivocado.

A relação entre os egressos do ProUni e seus pais – estratégias para lidar com uma frágil relação

Fica evidenciado pela análise das entrevistas que a relação entre pais e filhos se torna conflituosa após o acesso à educação superior. Grande parte dos EP, afirmou que seus pais atribuem ao ingresso na faculdade a “responsabilidade” pelo distanciamento.

Minha mãe acha que eu estou mais distante depois da faculdade. Segundo ela, eu insisto no meu jeito “certo” de falar e ela não gosta, pois não entende. O jeito certo que ela diz é o jeito que estou acostumado a falar no mundo jurídico. Então a gente fica tão habituado que, quando

chego em casa e vou conversar, ela acha que estou falando diferente e saindo da realidade dela.
(L, 24 anos)

Segundo os EP, para seus pais, o acesso a um espaço social diferente e a transformação do *habitus* — especialmente relacionada às escolhas profissionais dos EP — seriam o estopim dos conflitos entre gerações. Na perspectiva dos filhos, a não familiaridade dos pais com os costumes aprendidos na educação superior (e ao *habitus* adquirido) seria uma barreira na relação entre eles, uma vez que se comportar naturalmente — de acordo com o novo *habitus* — seria, na visão dos pais, uma forma de querer se apresentar como diferente ou melhor. Dessa maneira, há, quase inevitavelmente, uma relação estabelecida entre pais e filhos que se baseia (e se limita) no conteúdo compartilhado pelos grupos. Muitas vezes a falta de assuntos de domínio comum aos dois faz com que, no decorrer da formação, o jovem se perceba cada dia mais distante dos pais e, nesse sentido, duas são as estratégias mais comumente declaradas. A primeira faz com que os EP se coloquem num patamar híbrido de posicionamento, como preconizou Lee e Kramer (2013), definindo posturas e até mesmo o sotaque de acordo com o local onde se encontra, visando sempre portar-se da maneira mais confortável possível nos dois espaços sociais.

[...] depois de determinado momento, eu comecei a divergir de alguns pontos com ela. Ela começou a ver meu discurso como o de alguém que sempre quer ser certo, colocando ela no lugar errado e usando o conhecimento científico pra isso. [...] questão de conhecimento sempre teve um peso muito grande, então desde que eu questiono alguma coisa é como se eu tivesse querendo impor. Eu evito me comportar dessa maneira, mas nem sempre. [...] Eu passo a mensurar a forma de falar as coisas, quando eu tô na frente do meu namorado com ela eu falo de uma forma diferente. Ela fala do sotaque, que eu tô querendo forçar [...], mas não é. É mesmo minha forma de falar. [...] eu tento adequar o discurso, não só pra eles, mas pros meios que convivo. E aí que eu altero tudo, timbre de voz, sotaque... É inevitável, ainda que eu goste de meu sotaque, mas, de certo modo, quando você tenta falar de maneira menos coloquial, você acaba eliminando um pouco o sotaque. E acaba sendo uma diferença bem grande. E é muito engraçado quando o contrário acontece, quando eu tô na casa de meu namorado e me adapto pra ele. (E, 23 anos)

A omissão de valores e personalidade é, muitas vezes, uma ferramenta para evitar conflitos no espaço social familiar. O não se apresentar verdadeiramente possibilitaria aos EP não assumir a figura de responsáveis pelos problemas familiares. Eles consideram “a vida em casa” e “a vida fora dela” completamente distantes — muitas vezes, até contraditórias.

É muito engraçado, é como se eu tivesse em outro mundo. Muito diferente do mundo deles. Totalmente diferente. Desde a adolescência, eu sempre fui uma pessoa muito aberta, e a faculdade só veio a deixar isso mais forte. Aumentou isso em mim, sabe? Ter uma mente muito aberta. Isso chocou um pouco meus pais. Em relação à religião, por exemplo, a questão do conservadorismo e da religiosidade é muito forte neles. Acho que isso dividiu um pouco a gente. Eu mantinha o assunto sempre no nível do: “Como vocês estão?”, “Como vão as coisas?”. Eu

não precisava contar muito da minha vida, não. Sempre me perguntavam se eu tinha ido pra igreja, por exemplo, eu desconversava. (O, 26 anos)

A segunda estratégia mais apontada associa-se à decisão de ruptura com os pais. Seja uma ruptura declarada ou não, os EP decidem pela ausência de diálogos ou de convivências mais profundas.

Isto pra mim é uma coisa muito clara, a academia me afastou da minha família no sentido de suportá-los ou no não ver sentido pra algumas coisas. Por exemplo: hoje eu desenvolvo estudos na área de gênero [psicologia e gênero] e, quando eu vou pra casa, com minha mãe e meus avós, eu não consigo conversar com eles, porque eles são pessoas impregnadas com o discurso de gênero, exatamente o que eu tento romper estudando. Eu levo livros pra lá não por precisar estudar, mas é que, se eu estiver lendo, não preciso conversar com eles. Então eu diria que é uma perda afetiva, inclusive, porque eu não consigo lidar com o modo como eles encaram a vida. Uma não criticidade perante as coisas, agora mesmo o assunto importante era “porque fulana engravidou, fulana é puta, pois ficou com duas pessoas”, a vida das pessoas era tópico. E enquanto eu escutava, eu pensava: o que eu tô fazendo aqui?. (J, 24 anos)

Acabei a conversa em casa, a conversa é o mais simples possível. Não tem como conversar em casa. Às vezes não tem conversa mesmo, só aquele papo superficial... contando um pouco da vida das pessoas. Conversa de trabalho mesmo, não rola. Você não pode falar sobre tudo, não. Se for falar de tudo: trabalho. Não vai ter espaço! Falar sobre minha vida, não sabem o que acontece. Pior, se for falar, me criticam. Dizem que não é a realidade deles. (L, 24 anos)

Para esse grupo de EP, os conflitos deixaram de ser unilaterais e causados pela incompreensão do *habitus* dos EP pelos pais para se tornarem algo intolerável. Choque de prioridades, choque de valores, choque de perspectivas. Muitas são as justificativas apresentadas. O fato é que, nesses casos, eles decidiram pela não convivência ou pelo não diálogo com os pais. Em determinadas situações, de maneira mais drástica, evitam se encontrar; em outras, decidem se manter calados (ou neutros) em qualquer diálogo familiar.

Em comum a todos os casos apresentados está o conflito causado pela transformação do *habitus* dos EP, potencializado por um acúmulo de capital cultural específico no campo de atuação profissional deles e pelo distanciamento de acúmulo de capital escolar dos dois grupos — o que tende a potencializar uma nova forma de conflito centrada na consequente diferença de acúmulo de capital econômico entre os grupos.

Nesse sentido, grande parte dos EP defende que há, de início, uma reação de susto (ou negação) dos pais ao fato de os filhos poderem ter rendimentos maiores do que eles, como definiu o entrevistado L (24 anos): “Acho que os pais se assustaram com a gente ganhando mais, mas acho que acostuma. Hoje em dia um pai tem que saber, se seu filho entrou na faculdade é porque vai ganhar mais que ele. Ele vai ter que prosperar na vida”.

Há, para os pais, segundo os EP, um evidente conflito entre reconhecer-se ultrapassado e subjugado pelos filhos (em especial no que se refere ao acúmulo de capital econômico) e o orgulho de ter um filho

que prosperou profissionalmente. A estratégia dos filhos, nesses casos, passa por tentar não entrar em conflito por questões financeiras — ajudando (ou sendo ajudado) nas contas, quando isso é solicitado ou bem aceito, e deixando que se potencialize o orgulho sentido pelos pais em relação ao sucesso profissional.

Na minha colação de grau, meus pais não tiveram condição financeira de ir. Mas eu estou lá e eles estão lá pensando. Falei com minha mãe pelo telefone e ela se emocionou. Ela disse ‘Poxa! Eu não posso ir, mas estou emocionada. Eu vou ter uma doutora em casa’. Então pra eles isso é o máximo, [...] pra eles é até estranho, porque ‘Nossa! Ela conseguiu fazer faculdade. Tá formada agora. Já tem emprego’. Eu já estou trabalhando na minha área, já tá tudo certo. Isso foi o diferencial, quebrar essa história... esse negócio de que a família rica que só tem condições.

[...]

Meus pais não têm condição alguma de me ajudar, nenhuma mesmo, mas até hoje eles mandam qualquer coisa pra mim. Eles falam que querem ser participativos, falam que devem me ajudar de alguma forma. Pra eles, tudo que foi construído deve ser pra mim e pra meus irmãos. Seria até uma desfeita não aceitar essa ajuda de meus pais. (D, 25 anos)

No meu último emprego, eu já ganhava mais que meu pai e é estranho. É estranho, pois meu pai é muito conservador, [...] ele quer pagar as contas, ele não aceita se eu fosse pagar uma conta em casa. Ele sai comigo e com meu irmão, nós dois ganhamos mais do que ele, ele quer pagar a conta. É estranho, mas a gente deixa. (C, 28 anos)

Em outras palavras, os EP buscam evitar os possíveis conflitos por meio da aceitação de uma posição intermediadora em relação aos pais, optando pelo não conflito como estratégia principal. Aceitar que os pais queiram manter posições dominantes no espaço social familiar é uma maneira de evitar conflitos e a decisão pode passar por não se impor, aceitando-se como não dominante e evitando desentendimentos.

Essa situação é semelhante ao que ocorre em relação ao contato dos pais com as novas amizades dos filhos em decorrência do acesso à educação superior. Essas amizades, muitas vezes, são também categorizadas entre o que pode e o que não pode ser levado para casa. “*Meu pai é bem conservador. Ele diz logo: ‘Olhe, na minha casa, é desse jeito. Se você não gosta, faça do seu jeito, agora faça no seu quarto’. [...] Eu nunca levei amigo pra casa.*” (C, 28 anos). Posições conservadoras e/ou discursos que não se coadunam com o priorizado pelos pais tendem a ser evitados por meio do não convite de pessoas à residência dos pais. Ainda que os filhos possuam certo poder no espaço social familiar, simbolicamente ainda cabe aos pais o poder de domínio do campo. A relação hierárquica entre pais e filhos é mantida, uma vez que o acúmulo de capital simbólico (BOURDIEU, 1989) no campo coloca os pais, apenas por serem pais, como dominantes.

Você, quando faz faculdade, você se torna mais aberto ao novo. Quando você não tem costume de receber informação nova constantemente, quando chega qualquer coisa nova, a tendência é rejeitar de cara. Quando você já tem a cabeça mais aberta, você escuta e fala sua opinião, invés

de criticar e dizer que tá tudo errado. É mais fácil, até pelas amizades que você vai fazendo. Eles não têm isso. (L, 24 anos)

Por outro lado, mesmo que de modo involuntário, o acúmulo de capitais distintos e o sucesso obtido no inédito acesso à educação superior colocam, quase inevitavelmente, os EP numa situação sobre a qual eles têm pouco controle: o fato de que seus irmãos não tiveram a mesma oportunidade na maioria dos casos. Como a decisão de estudar e investir nos estudos partiu dos EP, eles encontram-se no espaço social familiar como um sujeito que venceu, apesar das adversidades, e seus irmãos, não.

Eu tenho mais quatro irmãos, todos mais velhos. Nenhum deles fez faculdade. Pra meus pais, é muito bom que eu tenha feito faculdade. Eu sempre fui tida como queridinha, pra meus irmãos é estranho. Eu fui conquistando minhas coisas, e eles acham que é por conta de ser queridinha, não é. A condição de vida dos meus irmãos atualmente é muito complicada, [minhas irmãs] são bem mais velhas. Então eu tenho irmãs que já são avós, com filhas adolescentes que já são mães. As filhas de uma irmã têm filhas. Os filhos da outra irmã, tem um que tá preso e o outro tá “fugido”. Então não teve um final muito legal, a vida delas não foi caminhando pelo mesmo caminho da minha. (D, 25 anos)

A ideia de “favorito” para os pais parece transparecer nas relações, especialmente quando se trata de irmãos mais velhos ou da mesma faixa etária. Para os EP, algo que se entende mérito exclusivamente próprio é colocado em xeque ou correlacionado com algum favorecimento atribuído aos pais. A maioria dos entrevistados declarou-se injustiçada pelos irmãos e atribui à falta de empenho deles o insucesso escolar. “É muito difícil pra meu irmão. Ter um irmão que é um destaque e ele não conseguir, mas claramente porque ele não se empenha.” (I, 26 anos).

Meu irmão sempre quis tudo muito fácil. Terminou o ensino médio e disse que ia fazer concurso: não estudou. Disse que ia fazer faculdade: não estudou. Sempre quis vida mole e isso mudou muito minha relação com ele. Antigamente eu ficava na minha, hoje não tolero quase nada dele. Ele não quer nada com nada. Minha mãe veio dizer que eu, ganhando um pouquinho mais, deveria ajudar meu irmão, pois na falta do meu pai eu deveria cuidar. Respondi na mesma hora que não! Eu não tenho filho e muito menos um filho com 29 anos de idade. Ele que se vire! Eu ralei pra chegar até aqui, ele que rale também. Eu passei a valorizar o que eu tinha, por isso comecei a cobrar dele também. Poxa! Se tu queres alguma coisa, tu vais atrás. Ele tá nem aí. Tem meu pai e minha mãe pra ajudar, então tá tranquilo. (D, 25 anos)

Por outro lado, nos casos de irmãos mais jovens,⁹ tal postura é alterada e a preocupação em oportunizar acessos e servir de espelho evidencia-se. Para os EP, a ausência de responsabilidade dos mais jovens e a real possibilidade de transformação de suas trajetórias fazem com que servir de exemplo seja algo exitoso e desejável. Ao contrário do que ocorre aos irmãos mais velhos, percebidos pelos EP como aqueles que decidiram não correr atrás das oportunidades, os irmãos mais novos são vistos como aqueles

⁹ Em alguns poucos casos, destacou-se certo orgulho com irmãos mais velhos que decidiram retomar os estudos.

que ainda “podem fazer por onde”. Nesses casos, a preocupação com o exemplo e com a oportunidade evidencia-se.

Eu virei um pouco estrela, sim, e isto é bom. Sou a doutora da família, e sei que isto é importante, ao mesmo tempo me preocupo muito por saber que minha irmã mais nova tem dificuldade na escola. [...] Muda completamente, todos que voltaram pra minha cidade hoje são reconhecidos. Sabe aquele comentário: ‘O filho de fulana saiu daqui feito um nada, hoje é doutor’. (O, 26 anos)

Servir de exemplo, nesses casos, é uma obrigação assumida com prazer pelos EP. A ideia de que os irmãos mais novos não precisem tomar sozinhos a decisão de ruptura na trajetória provável e de que possam “usar” a experiência deles como espelho é, aparentemente, bem quista.

Exatamente como dito por Lee e Kramer (2013), os EP passam a conviver no espaço social familiar tentando evitar conflitos “apesar de”. A atuação dos EP, em linhas gerais, passa pela compreensão das fronteiras que separam os dois mundos, sem a tentativa explícita de romper com valores dos pais — ou ao menos de não romper na frente deles. O reconhecimento de que traçaram uma trajetória ímpar faz os EP considerarem a ‘missão’ de compreender as diferenças e, muitas vezes, percebendo-se superior, de aceitar a derrota simbólica como forma de evitar atritos. Especialmente nos casos em que se mantêm neutros (a maioria deles), eles lidam bem com o maior acúmulo de capital cultural, social, educacional e econômico em relação aos pais e percebem, na clivagem do seu *habitus*, uma possibilidade de distanciamento cada vez maior do *habitus* dos pais em relação ao *habitus* adquirido na educação superior. Eles entendem que a única estratégia de manutenção de uma relação saudável no espaço social familiar é a dissimulação de uma aproximação forçada. Resta-lhes “deixar de lado” o adquirido ao cruzar a porta da casa dos pais, sob o risco de estar cada vez mais distante dela ao não fazê-lo. Como afirmou a entrevistada G (22 anos): “Você sabe que o outro tem uma amplidão, em relação à abertura de mundo, menor. Você tem que perceber isso e fazer com que o outro fale a mesma linguagem que você. Se sintam bem conversando com você”. Simular a compreensão de um mundo que não é mais seu parece ser a estratégia mais adotada pelos EP em relação aos pais (e irmãos da mesma faixa etária); entretanto, resta-lhes o dever de interferir e guiar a formação superior dos irmãos mais novos.

Considerações finais

O ProUni apresenta-se como importante ferramenta de transformação da educação brasileira. O Programa, primeira política federal de ação afirmativa ao ensino superior, foi responsável por mudar consideravelmente o perfil dos discentes no sistema privado desse nível de ensino, consolidando-se como porta de entrada à formação superior para sujeitos que não poderiam sonhar com isso.

Outrossim, em função de um inédito acesso ao ensino superior de estudantes das camadas populares, o Programa proveu vagas a pessoas com perfis socioeconômico e cognitivo distintos de seus pares e que resultam em um *habitus* constituído de forma diferente do de seus familiares — que, em sua maioria, nunca tiveram a possibilidade de acesso à educação superior.

Este artigo discute justamente a relação entre a percepção de lugar ocupado por egressos do ensino superior que foram bolsistas integrais do ProUni e os ajustes necessários à adequação para ingresso nessa modalidade de ensino e ao possível conflito geracional decorrente desse acesso. Com base na percepção de que o bolsista tende a se destacar como alguém distinto no seio familiar, uma vez que, ao contrário de quase todos os colegas de infância e parentes, obteve sucesso no acesso à educação superior, os EP precisam lidar com o fato de que esse destaque potencializa a chance de conflito com os pais, decorrente da diferença de *habitus* dos dois grupos.

Demonstra-se aqui que os EP travam uma luta em duplo campo: lutam pela adequação ao ensino superior, mas também se deparam com um provável conflito entre gerações com diferentes vivências em relação à educação. Diante disso, a estratégia dos EP ao lidar com os pais é permiti-lhes a manutenção do papel de dominantes do espaço social. Ele tende a, diante da compreensão das fronteiras que os separam, criar uma espécie de barreira entre os seus mundos: o dominado pelos pais e o que ele vive e trabalha.

Referências

- BARTON, Angela; DRAKE, Corey; PEREZ, Jose; ST. LOUIS, Kathleen; GEORGE, Magnia. Ecologies of Parental Engagement in Urban Education. **Educational Researcher**, v.33, n.4, p.3-12, 2004.
- BODOVSKI, Katerina. Parental Practices and Educational Achievement: Social Class, Race, and Habitus. **British Journal of Sociology of Education**. v.31, n.2, p.139-156, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: MICELI, Sergio (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p.3-26.
- BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n.30, 1979. p.3-6.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992a.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Capital social. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998, p.65-70.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. Precedido de três estudos de etnologia Kabila. Oeiras: Celta, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2.ed., 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BRASIL. Poder Executivo. Lei nº 11.096, de 13.01.2005. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências, **DOU**, 14.01.2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm. Acesso em 07 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.711, de 29.08.2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, **DOU**, 30.08.2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_2012.pdf. Acesso em 07 jul. 2019.

GHEORGHIU, Mihaï; GRUSON, Pascale; VARI, Judit. Trocas intergeracionais e construção de fronteiras nas experiências educativas das classes médias. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.29, n.103, p.377-399, 2008.

GOODMAN, Leo. Snowball Sampling. **Annals of Mathematical Statistics**, Beachwood, v.32, p.148-170, 1961.

HORVAT, Erin; WEININGER, Elliot; LAREAU, Annette. From Social Ties to Social Capital: Class Differences in the Relations Between Schools and Parent Networks. **American Educational Research Journal**, v.40, n.2, p.319-351, 2003.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. **Microdados do Questionário Socioeconômico dos Inscritos do Exame Nacional de Ensino Médio 2018**. Brasília: MEC/INEP, 2019a.

INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”. **Microdados do Censo Escolar da Educação Superior 2016**. Brasília: MEC/INEP, 2019b.

LAREAU, Annette. Social Class Differences in Family-School Relationships. The Importance of Cultural Capital. **Sociology of Education**, New York, v.60, p.73-85, 1987.

LAREAU, Annette; HORVAT, Erin. Moments of Social Inclusion and Exclusion Race, Class, and Cultural Capital in Family-School Relationships. **Sociology of Education**, v.72, p.37-53, 1999.

LEE, Elizabeth.; KRAMER, Rory. Out with the Old, In with the New? Habitus and Social Mobility at Selective Colleges. **Sociology of Education**, New York, v.86, n.1, p.18-35, 2013.

LEHMANN, Wolfgang. Becoming Middle Class: How Working-Class University Students Draw and Transgress Moral Class Boundaries. **Sociology**, v.43, p.631-647, 2009.

LIMA, Adriana; ALMEIDA, Ana Maria. Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n.111, p.347-369, abr.-jun. 2010.

MELLO NETO, Ruy. **ProUni: Dimensão nacional e perfil dos estudantes em Pernambuco**. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MELLO NETO, Ruy. **Não vou me adaptar: um estudo sobre os bolsistas pernambucanos durante os 10 primeiros anos do Programa Universidade Para Todos-ProUni**. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MINAYO, Maria Cecília. Bourdieu e o ethos acadêmico. In: MARTELETO, Regina; PIMENTA, Ricardo. (Org.). **Pierre Bourdieu e a produção da cultura, do conhecimento e da informação**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2017, v. 1, p. 6-13.

PORTES, Écio. O trabalho escolar das famílias populares. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. (Orgs.). **Família e escola** – trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000, p.61-80.

PRICE-MITCHELL, Marilyn. Boundary Dynamics: Implications for Building Parent-School Partnerships. *The School Community Journal*, v.19, n.2, p.9-26, 2009.

REAY, Diane; CROZIER, Gill; CLAYTON, John. ‘Strangers in Paradise’? Working-Class Students in Elite Universities. **Sociology**, v.43 , n.6 , p.1103 -1121, 2009.

TRAINOR, Audrey. Diverse Approaches to Parent Advocacy During Special Education Home-School Interactions: Identification and Use of Cultural and Social Capital. **Remedial and Special Education**. v.31, n.1, p.34-47,2010.

VINCENT, Carol; MARTIN, Jane. Class, Culture and Agency: Researching Parental Voice. **Discourse**, v.23, n.1, p.108-127, 2002.

WEININGER, Elliot; LAREAU, Annette. Translating Bourdieu into the American Context: The Question of Social Class and Family-School Relations. **Poetics**, v.31, p.375–402, 2003.

WEININGER, Elliot; LAREAU, Annette. Paradoxical Pathways: An Ethnographic Extension of Kohn’s Findings on Class and Childrearing. **Journal of Marriage and Family**, v.71, p.680-695, 2009.

Recebido em: 25/07/2019

Aceito em: 15/08/2020